



Fernando Henrique pretende transformar o País num verdadeiro canteiro de obras, bem ao estilo do governo JK

Orçamento privilegia pastas mais cobiçadas

O Orçamento da União para este ano, aprovado esta semana pelo Congresso, privilegia os ministérios "toca-dores de obras", que costumam ser os balcões de negociações entre o Governo e os parlamentares ao longo do ano. Na votação do Orçamento, os parlamentares aumentaram em R\$ 1,6 bilhão a verba reservada para investimentos do Governo em 1997, representando um total de R\$ 9,3 bilhões. Destes recursos, cerca de R\$ 1,2 bilhão se concentra nos ministérios do Planejamento (projetos de saneamento e habitação popular), Transportes (construção de rodovias) e Meio Ambiente (obras de irrigação e barragens).

O Ministério do Planejamento, que tinha uma previsão de gastos para 1997 de R\$ 993 milhões, viu seu Orçamento ser engordado pelo Congresso para R\$ 1,62 bilhão. O orçamento do Fundo de Habitação Popular, administrado pelo Ministério, saltou de R\$ 40 milhões para R\$ 150 milhões na votação do Congresso. A Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste, também ligada ao Planejamento, tinha uma previsão orçamentária de R\$ 185 milhões e acabou com R\$ 209 milhões.

O Orçamento do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) chegou ao Congresso com R\$ 2,08 bilhões. Saiu com R\$ 2,63 bilhões. Apesar do mau estado da malha rodoviária do País, Governo e parlamentares preferiram apostar mais na construção de novas estradas do que na conservação das já existentes. Ao sair do Governo, o Orçamento previa gastos de R\$ 743 milhões na construção de estradas. No Congresso, este valor subiu para R\$ 1,05 bilhão. A conservação de rodovias, que tinha uma previsão de gastos de R\$ 153 milhões, ganhou apenas R\$ 3 mi-

lhões depois de passar pelo Congresso.

O Ministério do Meio Ambiente e Recursos Hídricos também foi bem contemplado pelo Congresso. O Orçamento inicial, de R\$ 353 milhões, saltou para R\$ 663 milhões depois de passar pelos parlamentares. A maior parte do aumento nas verbas já veio carimbada para construção de barragens e obras de irrigação nos estados do Nordeste e Centro-Oeste.

Não por coincidência, foram beneficiados os setores onde se concentra a imensa maioria das emendas apresentadas por parlamentares e bancadas estaduais. Áreas que dão menos votos

receberam tratamento pior. A Fundação Nacional de Saúde é um exemplo: tinha um orçamento de R\$ 2,85 bilhões, perdeu R\$ 125 milhões em sua conta de investimentos.

A barganha política ocorre porque o Orçamento corresponde a uma lei apenas autorizativa. Isto significa que o Governo não é obrigado a liberar as verbas incluídas no Orçamento pelos parlamentares. Para garantir que o dinheiro seja liberado, os deputados e senadores precisam negociar caso a caso com o Governo.

A Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados sugeriu este ano uma modificação na lei, proibindo o Governo de recorrer ao contingenciamento. A proposta foi incluída no parecer do relator-geral, senador Carlos Bezerra (PMDB-MT). Na hora de votar o Orçamento, o Governo articulou com o próprio Bezerra a derrubada da proposta. Assim, o Congresso aumentou muito o valor dos investimentos do Governo, mas ao mesmo tempo não o liberou para fazer estes investimentos.

**verba reservada
pelo Governo
para investimentos
no Orçamento de
97 foi elevada em
R\$ 1,6 bilhão,
num total de
R\$ 9,3 bilhões**